



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO

Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais – Serviço de Estatísticas Territoriais

DOCUMENTO METODOLÓGICO

CÓDIGO: 335

VERSÃO: 1.1

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL	2
1. Código/Versão/Data	2
2. Código SIGINE	2
3. Designação	2
4. Atividade Estatística	2
5. Objetivos	3
6. Descrição	3
7. Entidade Responsável.....	4
8. Relacionamento com o EUROSTAT / Outras Entidades.....	4
9. Financiamento	4
10. Enquadramento Legal	4
11. Obrigatoriedade de resposta	4
12. Tipo de Operação Estatística.....	5
13. Tipo de Fonte(s) de Informação.....	5
14. Periodicidade de realização da operação	5
15. Âmbito Geográfico.....	5
16. Utilizadores da Informação	5
17. Data de início/Fim.....	6
18. Produtos	6
II – CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA	7
19. População	7
20. Base de Amostragem	7
21. Unidade(s) Amostras	7
22. Unidade(s) de Observação	7
23. Desenho da Amostra	7
24. Desenho do Questionário	8
25. Recolha de Dados	8
26. Tratamento dos dados.....	11
27. Tratamento de não respostas	12

28. Estimação e obtenção de resultados	12
29. Séries Temporais	16
30. Confidencialidade dos dados	17
31. Avaliação da Qualidade Estatística.....	17
32. Recomendações Nacionais e Internacionais	18
III – CONCEITOS	18
IV – CLASSIFICAÇÕES	23
V – VARIÁVEIS.....	23
33. Variáveis de Observação.....	23
34. Variáveis Derivadas.....	23
35. Informação a disponibilizar	24
VI – SUPORTES DE RECOLHA.....	24
36. Questionários	24
37. Ficheiros.....	25
VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	26
VIII – BIBLIOGRAFIA	27

INTRODUÇÃO

A primeira edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) corresponde ao ano de 1993, tendo-se sucedido, desde então, mais oito edições do estudo (1995, 1997, 2000, 2002, 2004, 2005, 2007 e 2009). As primeiras cinco edições foram desenvolvidas sob a responsabilidade exclusiva do Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE), tendo as edições de 2004 e 2005 resultado de uma parceria entre o INE e a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Nas edições de 2007 e de 2009 do EPCC, os trabalhos voltaram a ser integralmente desenvolvidos pelo INE.

O EPCC pretende caracterizar os municípios portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, na aceção lata de bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis, por recurso a um modelo de análise fatorial, permitindo atenuar as lacunas de informação decorrentes da não aplicabilidade da contabilidade regional à escala municipal. Enquanto indicador sintético, o EPCC reúne a capacidade de integrar uma vasta quantidade de informação e um formato de leitura simples. O modelo específico da análise fatorial acrescenta a capacidade de captar as diferentes dimensões do fenómeno em análise – neste caso, o poder de compra manifestado nos municípios. Contudo, porque o EPCC se baseia num modelo específico, não se tratando de uma operação clássica de produção estatística mas de um estudo estatístico, as estimativas produzidas não devem ser confundidas com qualquer uma das variáveis a que corresponda, na tradição da teoria económica ou da contabilidade nacional, um âmbito conceptual bem delimitado, como sejam o rendimento ou o consumo das famílias.

Com base num conjunto de variáveis para os municípios portugueses e por recurso a uma análise fatorial em componentes principais, o EPCC disponibiliza três indicadores:

- o IpC, Indicador per Capita do poder de compra (primeiro fator da análise), que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional;
- a PPC, Percentagem de Poder de Compra (indicador derivado do primeiro fator), que reflete o peso do poder de compra de cada município ou região (que decorre do Indicador per Capita) no total do país para o qual assume o valor 100%;
- o FDR, Fator Dinamismo Relativo (segundo fator da análise), que pretende refletir o poder de compra, de manifestação geralmente sazonal, associado aos fluxos populacionais induzidos pela atividade turística, constituindo a tendência de dinâmica comercial que subsiste na informação de base, para além da refletida no Indicador per Capita.

A necessidade de revisão deste documento metodológico face à versão 1.0 resulta exclusivamente de alterações ocorridas ao nível da informação de base: concretamente, da substituição do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros pelos proveitos de aposento nos estabelecimentos hoteleiros, da transposição da CAE-Rev.2.1 para a CAE-Rev.3 da variável relativa ao volume de negócios do comércio a retalho e, de forma generalizada, da atualização temporal dos dados de base.

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. Código/Versão/Data

Código de operação: 335

Código de versão: 1.1

Data: setembro de 2011

2. Código SIGINE

Código SIGINE: IR0027

3. Designação

Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio

4. Atividade Estatística

C – Território e Ambiente

45 – Território

451 – Estatísticas de Base Regional

448 – Estudos no âmbito do Sistema de Informação de Base Regional

5. Objetivos

O objetivo do EPCC é o de caracterizar os municípios portugueses sob o ponto de vista do poder de compra manifestado nos municípios, na aceção lata de bem-estar material, permitindo atenuar as lacunas de informação decorrentes da não aplicabilidade da contabilidade regional à escala municipal. Neste âmbito, o objetivo prende-se com a construção de três indicadores: o Indicador per Capita do poder de compra, que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões; a Percentagem de Poder de Compra, que reflete o peso do poder de compra de cada município ou região no total do país, e o Fator Dinamismo Relativo, que pretende refletir o poder de compra de cada município ou região, de manifestação geralmente sazonal, associado aos fluxos populacionais induzidos pela atividade turística.

6. Descrição

O Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) é um estudo estatístico, de periodicidade bienal e cujo âmbito geográfico é o país. A unidade estatística observada é o município, a recolha dos dados é indireta e as variáveis que suportam a construção do EPCC provêm de procedimentos administrativos e de operações estatísticas desenvolvidas no contexto do Sistema Estatístico Nacional.

Com base numa matriz de variáveis, que se assume estarem relacionadas com o poder de compra, com desagregação geográfica ao nível dos municípios portugueses, reportadas ao ano disponível mais próximo do ano de referência da edição do EPCC, relativizadas face à população e estandardizadas, recorre-se a uma análise fatorial em componentes principais, da qual são extraídos os dois fatores com maior poder explicativo. Numa segunda fase, procede-se à rotação dos fatores extraídos através do método de rotação ortogonal *quartimax*. Os resultados permitem produzir três indicadores: (1) o IpC, Indicador per Capita do poder de compra (primeiro fator da análise), que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional; (2) a PPC, Percentagem de Poder de Compra (indicador derivado do primeiro fator), que reflete o peso do poder de compra de cada município ou região (que decorre do Indicador per Capita) no total do país para o qual assume o valor 100%; e (3) o FDR, Fator Dinamismo Relativo (segundo fator da análise),

que pretende refletir o poder de compra, de manifestação geralmente sazonal, associado aos fluxos populacionais induzidos pela atividade turística e que é apresentado como variável estandardizada.

7. Entidade Responsável

Instituto Nacional de Estatística

Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais
Serviço de Estatísticas Territoriais

Técnicos responsáveis:

	Maria Manuel Pinho	Cátia Nunes
E-mail	mmanuel.pinho@ine.pt	catia.nunes@ine.pt
Tel:	+351 226 072 036	Tel: +351 218 426 100
Fax:	+351 226 072 005	Fax: +351 218 426 380

8. Relacionamento com o EUROSTAT / Outras Entidades

Não aplicável

9. Financiamento

A operação estatística é financiada na sua totalidade pelo Instituto Nacional de Estatística.

10. Enquadramento Legal

Não aplicável

11. Obrigatoriedade de resposta

SEN: Sim, o estudo está inserido no plano de atividades do SEN.

EUROSTAT: Não existe obrigatoriedade de resposta.

12. Tipo de Operação Estatística

Estudo estatístico

13. Tipo de Fonte(s) de Informação

- procedimentos administrativos
- outras operações estatísticas do SEN
- outras fontes

14. Periodicidade de realização da operação

Bienal

A edição de 2000 do EPCC constitui uma exceção à periodicidade bienal, dado que o estudo foi publicado com um intervalo de três anos. Assim, o EPCC 2000 sucedeu ao EPCC 1997.

A partir da edição de 2005 do EPCC, optou-se por associar à designação da publicação o momento de referência da informação de base, de modo a tornar mais perceptível para os utilizadores o âmbito temporal da informação que contribui para os resultados obtidos. Por esta razão, ao EPCC 2004 (baseado em informação de base maioritariamente reportada a 2003) sucedeu o EPCC 2005 (baseado em informação de base maioritariamente reportada a 2005).

15. Âmbito Geográfico

País

16. Utilizadores da Informação

Internos (ao SEN):

- INE/DES/TT (totalidade da informação)

Nacionais:

- Administração Pública (Administração Central, Administração Regional e Administração Local, nomeadamente, Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas)
- Sociedades Não Financeiras (empresas e associações empresariais)
- Pessoas Singulares (utilizadores individuais, em particular investigadores)

Desconhece-se se os utilizadores da informação utilizam a totalidade ou parte da informação produzida, embora haja a perceção de que, para efeitos de investigação, são utilizados os três indicadores produzidos no âmbito do EPCC.

A título de exemplo, refira-se o recurso ao EPCC, no que respeita ao Indicador per Capita do poder de compra, enquanto critério de desenvolvimento sócio-económico das regiões para aplicação de portagens nas SCUT (autoestradas sem custo para o utilizador), definido em 2006, no âmbito do Programa do XVII Governo na área dos Transportes e Obras Públicas.

O mapa do "Portugal desfavorecido" selecionado, em 2003, pelo Governo para definir as políticas regionais e de coesão, constitui outro exemplo da utilização do EPCC. Trata-se de um modelo extraído do relatório do Programa de Recuperação de Áreas e Setores Deprimidos (PRASD), assente no Indicador per Capita do poder de compra produzido no contexto do EPCC.

No âmbito do Contrato Programa de 2009 celebrado entre as Unidades Locais de Saúde e a Administração Central do Sistema de Saúde (Ministério da Saúde), o Indicador per Capita (IpC) do poder de compra é incluído no Coeficiente de Ajustamento Local que pretende refletir as diferenças geográficas de oferta e procura de cuidados de saúde.

17. Data de início/Fim

A primeira edição do EPCC corresponde ao ano de 1993.

18. Produtos

18.1. Padrão de qualidade

A informação deve ser disponibilizada até novembro do ano $n+2$.

18.2. Produtos a disponibilizar

Designação	Tipo	Periodicidade	Desagregação geográfica máxima	Disponibilização	Tipos de utilizador
Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio	Destaque	Bienal	Município	Não sujeito a tarifação	Internos Nacionais
Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio	Publicação (inclui CD-Rom)	Bienal	Município	Sujeito a tarifação	Internos Nacionais
Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio	Portal	Bienal	Município	Não sujeito a tarifação	Internos Nacionais

II – CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

19. População

Municípios portugueses, com referência ao mapa territorial da divisão administrativa à data de 31.12.2009.

A população-alvo (universo de referência) coincide com a população/universo.

20. Base de Amostragem

Não aplicável

21. Unidade(s) Amostrais

Não aplicável

22. Unidade(s) de Observação

Município

23. Desenho da Amostra

Não aplicável

24. Desenho do Questionário

Não aplicável

25. Recolha de Dados

O EPCC exige o recurso a várias fontes administrativas e a operações estatísticas desenvolvidas no contexto do Sistema Estatístico Nacional (SEN). As fontes externas utilizadas estão associadas a entidades de reconhecida competência, correspondendo maioritariamente a organismos da Administração Central, e produzem informação relevante para o estudo do poder de compra do país. O recurso a dados administrativos permite uma maior racionalização dos recursos existentes no SEN, conferindo maior eficiência à atividade de produção estatística.

No que respeita à seleção das variáveis, importa sublinhar os seguintes aspetos:

- embora todas as variáveis se encontrem associadas ao poder de compra, nenhuma pode ser considerada uma sua representação fiel pois, se assim fosse, não seria necessário recorrer a uma metodologia de análise multivariada, sendo, por outro lado, esta base multivariada que assegura a robustez dos índices propostos neste estudo;
- a seleção das variáveis privilegia a ótica de utilização do rendimento, o que justifica que se procure minimizar a seleção de variáveis ligadas à produção, permitindo atribuir o poder de compra aos municípios onde se manifesta (que, grosso modo, coincidem com os municípios de residência da população e não com os municípios onde a produção ocorre e a riqueza é gerada).

A disponibilidade espacial (à escala municipal) e temporal (proximidade face ao momento de referência da edição do EPCC) constituem requisitos adicionais.

O modelo seleciona, endogenamente, um subconjunto de variáveis dentro do conjunto mais vasto de dezenas de variáveis compiladas à partida, por serem as que revelam um melhor desempenho no quadro do modelo. Assim, o processo final de seleção das variáveis consiste num exercício, assente em múltiplas tentativas, de maximização quer do número de variáveis que o modelo retém, quer da percentagem da variância dessas variáveis que o modelo se revela capaz de explicar.

Na edição de 2009 do EPCC, foram retidas 17 variáveis de uma base inicial mais abrangente. A identificação de cada uma das variáveis, o ano de referência, a unidade e a fonte de informação são os seguintes:

Atividades estatísticas no âmbito do SEN

- Valor dos contratos de mútuo com hipoteca voluntária sobre prédios urbanos em propriedade horizontal, segundo a localização do imóvel, *per capita*, 2009 (Unidade: Milhares de euros; Fonte: Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política de Justiça)
Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 558 (ver referência no capítulo VIII)
- Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos em propriedade horizontal, segundo a localização do imóvel, *per capita*, 2009 (Unidade: Milhares de euros; Fonte: Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política de Justiça)
Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 557 (ver referência no capítulo VIII)
- Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município do estabelecimento, *per capita*, 2009 (Unidade: Milhares de euros; Fonte: Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, Quadros de Pessoal)
Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 395 (ver referência no capítulo VIII)
- Consumo doméstico de energia elétrica, segundo o local de consumo, *per capita*, 2009 (Unidade: Milhares de kWh; Fonte: Ministério da Economia e do Emprego – Direção-Geral de Energia e Geologia)
- Volume de negócios das empresas da divisão 47 da CAE-Rev.3 (*Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos*), com exceção do grupo 473 (*Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados*), com atividade, segundo o município do estabelecimento, no caso das sociedades, ou segundo o município da sede nas empresas não societárias, *per capita*, 2009 (Unidade: Euros; Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas)
- Número de veículos ligeiros de passageiros, segundo o local de residência dos proprietários, *per capita*, 2009 (Unidade: N.º; Fonte: Conservatórias do Registo Automóvel)

Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 504 (ver referência no capítulo VIII)

- Proveitos de aposento nos estabelecimentos hoteleiros classificados no Turismo de Portugal, I.P., segundo a localização do estabelecimento hoteleiro, *per capita*, 2009 (Unidade: Milhares de euros; Fonte: INE, Estatísticas do Turismo)

Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 305 (ver referência no capítulo VIII)

- População residente em lugares com 5000 ou mais habitantes em proporção da população residente total, 2011 (Unidade: %; Fonte: INE, Censos 2011 – Dados preliminares)

Procedimentos administrativos

- Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, *per capita*, 2009 (Unidade: Euros; Fonte: Ministério das Finanças – Direção-Geral dos Impostos)
- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, *per capita*, 2009 (Unidade: Euros; Fonte: Ministério das Finanças – Direção-Geral dos Impostos)
- Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), *per capita*, 2009 (Unidade: Milhares de euros; Fonte: Mapa de Controlo Orçamental das Câmaras Municipais)
- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), *per capita*, 2009 (Unidade: Milhares de euros; Fonte: Mapa de Controlo Orçamental das Câmaras Municipais)

Outras fontes

- Valor das operações de pagamento de serviços em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, *per capita*, 2009 (Unidade: Milhares de euros; Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços)
- Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, *per capita*, 2009 (Unidade: Milhares de euros; Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços)

- Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, *per capita*, 2009 (Unidade: Milhares de euros; Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços)
- Valor dos levantamentos nacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, *per capita*, 2009 (Unidade: Milhares de euros; Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços) ¹
- Valor das compras nacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, *per capita*, 2009 (Unidade: Milhares de euros; Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços) ¹

26. Tratamento dos dados

Numa primeira fase, é selecionado um conjunto de variáveis que se assume estarem associadas ao poder de compra. A informação de base é validada atendendo à coerência espacial e temporal, de forma a detetar eventuais incorreções na compilação das variáveis. A eventual indisponibilidade da informação necessária, seja temporal, seja geográfica, pode exigir que, em situações específicas, haja a necessidade de adotar um procedimento que permita colmatar essa lacuna de informação.

Numa segunda fase, as variáveis são relativizadas face à população residente estimada para 31 de dezembro do ano de referência da edição do EPCC (2009), proveniente das Estimativas Anuais da População Residente (*operação estatística/documento metodológico com código 305; ver referência no capítulo VIII*). A única exceção corresponde à variável *População residente em lugares com 5000 ou mais habitantes em proporção da população residente total*, integralmente apurada com base nos dados censitários preliminares de 2011.

A inclusão no modelo da proporção de população residente em lugares com 5000 ou mais habitantes tendo por base os dados preliminares dos Censos 2011 resulta da procura de

¹ Para o cálculo desta variável, considerou-se pertinente corrigir o efeito de sazonalidade observado para alguns municípios caracterizados por uma elevada presença de turistas em determinados meses do ano. Esta correção consistiu em obter os movimentos anuais a partir da agregação dos dados mensais, tendo-se imputado aos meses de junho a setembro o valor médio dos 12 meses (média dos valores reais registados entre janeiro e dezembro). Acrescente-se que as compras em TPA são apuradas pelo município de localização da TPA e os levantamentos ou pagamentos são apurados segundo o município de localização dos caixas automáticos (ATM).

dar continuidade a uma variável de base capaz de captar a dinâmica de urbanização do território na estrutura fatorial do modelo, bem como de incluir no modelo uma variável de maior proximidade temporal ao momento de referência do EPCC – o ano de 2009 – face ao que os dados dos Censos de 2001 permitem.

Finalmente, procede-se à standardização das variáveis, no sentido de evitar enviesamentos resultantes de diferentes unidades de medida e escalas de variação (este procedimento corresponde a subtrair a média aritmética simples e dividir pelo desvio-padrão, para a série de cada variável, o que preserva a estrutura espacial dos dados). Este tratamento é desenvolvido com o *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

27. Tratamento de não respostas

Não aplicável

28. Estimação e obtenção de resultados

Com base numa matriz de variáveis, que se assume estarem relacionadas com o poder de compra, com desagregação geográfica ao nível dos municípios portugueses, reportadas ao ano disponível mais próximo do ano de referência da edição do EPCC, relativizadas face à população residente estimada para 31 de dezembro do ano de referência da edição do EPCC (2009), proveniente das Estimativas Provisórias de População Residente (*operação estatística/documento metodológico com código 305; ver referência no capítulo VIII*)², e, posteriormente, standardizadas, no sentido de evitar enviesamentos resultantes de diferentes unidades de medida e escalas de variação, recorre-se a uma análise fatorial em componentes principais.

O modelo geral é do tipo:

$$X = F \cdot A + U$$

X — matriz n x m, em que cada uma das m colunas é uma variável estatística observada, sendo n o número de observações (no caso do EPCC, correspondem aos municípios

² A única exceção corresponde à variável *População residente em lugares com 5000 ou mais habitantes em proporção da população total*, integralmente apurada com base nos dados censitários preliminares de 2011.

portugueses). A ideia fundamental é que as m variáveis são explicadas por um conjunto pequeno de p fatores comuns;

F — matriz de dimensões $n \times p$, constituída pelos valores (desconhecidos) que os p fatores assumem em cada um dos n pontos amostrais;

A — matriz $p \times m$ constituída pelos coeficientes (também desconhecidos) que quantificam o contributo marginal de cada fator para a explicação de cada variável;

U — matriz $n \times m$ constituída pelas componentes específicas, ou seja, compreende a parcela de cada variável não explicada por fatores comuns, mas antes associada à idiossincrasia da própria variável. As colunas da matriz U são, por hipótese, não correlacionadas, quer entre si, quer com os fatores, isto é, com as colunas da matriz F .

O modelo de análise fatorial só exige informação sobre a matriz X (a matriz das variáveis) e não sobre os fatores. A matriz F , desconhecida *a priori*, é estimada conjuntamente com a matriz A . O objetivo principal é estimar a matriz F (no caso do EPCC, os valores dos dois primeiros fatores nos municípios), sendo que subsidiariamente é também estimada A e pode ser calculada U .

O primeiro passo na análise fatorial é a extração fatorial, recorrendo-se, no EPCC, ao método das componentes principais. O método das componentes principais é uma técnica matemática que procede a combinações lineares das colunas da matriz X (tantas quanto o número das colunas de X), produzindo-se através destas combinações uma matriz G de colunas ortogonais (isto é, não correlacionadas entre si), tal que:

$$G = X \cdot B'$$

B' é uma matriz quadrada de pesos usados nas combinações lineares ($m \times m$); a dimensão de G é $n \times m$. Esta equação pode ser escrita também (tendo em conta que B é ortogonal e que, portanto, a sua inversa coincide com a sua transposta):

$$X = G \cdot B$$

o que torna claro que as m colunas de X (isto é, as m variáveis de base) podem ser exatamente explicadas (sem qualquer erro) por m fatores (as colunas de G), sendo B os contributos marginais desses fatores. No caso do EPCC, as variáveis de base serão exatamente explicadas, sem erro, pelo mesmo número de fatores ortogonais, tantos quantos são as colunas de G .

O método das componentes principais, para além de construir G, permite ainda hierarquizar o contributo de cada fator (da sua variância ao longo das n observações da amostra) para a explicação das variáveis de X (para a sua variância). Dos m fatores que inicialmente explicam as m variáveis, espera-se que um número reduzido, no caso do EPCC somente dois, seja capaz de explicar uma percentagem muito elevada da variância das variáveis de base.

A ideia fundamental da análise fatorial é, pois, concentrar a atenção apenas sobre um número reduzido de fatores (no EPCC, dois), entre os m que são produzidos pelo método das componentes principais. Tal significa que, da matriz G só se retêm p colunas (no EPCC, duas), e, na matriz B, p linhas (no EPCC, duas), correspondentes aos fatores com maior peso explicativo na variância das colunas de X. As matrizes G e B transformam-se então em F_0 (n x p) e A_0 (p x m),

$$X = F_0 \cdot A_0 + U$$

não se mantendo então a igualdade exata entre o produto matricial e X, dado que não é possível reconstruir a matriz das m variáveis com base em apenas p fatores.

A razão porque se excluem os m – p fatores, computados pelas componentes principais, resulta do facto de terem uma importância residual na explicação da variância de X e de, em geral, não terem interpretação. São, assim, retidos os fatores cuja variância se revela suscetível de explicar uma maior percentagem da variância total das variáveis, prescindindo-se do contributo de fatores cuja variância se revelou inferior à variância individual de cada variável de base (que, dada a standardização inicial, é unitária).

A segunda fase corresponde à rotação dos fatores extraídos com o intuito de clarificar a interpretação dos resultados. No caso do EPCC, opta-se por um método de rotação ortogonal, isto é, de um método que mantém a correlação nula entre os fatores extraídos, uma vez que o objetivo essencial da construção do FDR (segundo fator), no âmbito deste estudo, consiste em isentar o indicador principal, o IpC, do efeito do poder de compra manifestado irregularmente (essencialmente, pelos turistas), pelo que os dois fatores devem captar influências distintas entre si, sendo desejável manter a ortogonalidade entre eles. Entre as técnicas alternativas de proceder à rotação ortogonal dos fatores, recorre-se, no caso do EPCC, à rotação *quartimax*, na medida em que esta técnica minimiza o número de fatores necessários para explicar cada variável, resultando, em geral, na produção de

um fator bem correlacionado com a maioria das variáveis (isto é, com a maioria das *proxies* originais do poder de compra), tal como é pretendido neste estudo.

Consistindo a rotação numa recomposição da matriz A_0 , que se transforma em A , também F_0 vem alterada em consequência, obtendo-se F , através do método de regressão, dado que A não é uma matriz quadrada e, portanto, não é invertível.

Os resultados permitem produzir três indicadores:

- o IpC, Indicador per Capita do poder de compra (primeiro fator da análise), que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (isto é, procede-se a uma transformação linear que consiste em assegurar que o IpC tem o valor 100 para o país – obtido através da média ponderada pelo peso demográfico dos municípios) e ao qual se atribui um coeficiente de variação igual ao de uma variável convencionalmente escolhida, em relação à qual se presume estar associada uma elasticidade relativamente ao poder de compra sensivelmente unitária:

$$z_i = 100 \left(\frac{1 + v f_i}{1 + v \sum f_i p_i} \right)$$

em que:

- z_i - valor do IpC no município i após a transformação linear;
- f_i - valor do fator comum correspondente ao IpC, no município i , como é proposto pela análise fatorial;
- p_i - peso da população do município i no total do país;
- v - coeficiente de variação determinado exogenamente;
- a PPC, Percentagem de Poder de Compra (indicador derivado do primeiro fator), que reflete o peso do poder de compra de cada município ou região (que decorre do Indicador per Capita) no total do país para o qual assume o valor 100%.
Note-se que o peso de cada território no todo nacional, em termos de poder de compra, varia com o sistema de medida selecionado para o índice IpC (e, portanto, com o coeficiente de variação) de onde é derivado o indicador PPC;
- o FDR, Fator Dinamismo Relativo (segundo fator da análise), que pretende refletir o poder de compra, de manifestação geralmente sazonal, associado aos fluxos populacionais induzidos pela atividade turística, constituindo a tendência de dinâmica comercial que subsiste na informação de base, para além da refletida no Indicador per

Capita; o FDR é apresentado como variável estandardizada, tal como é proposto pela análise fatorial.

O cômputo de qualquer um dos três indicadores para os agregados regionais NUTS I, II e III, e para o país, resulta da ponderação dos valores dos índices à escala municipal pelos pesos demográficos dos municípios nos diferentes espaços regionais considerados.

A informação relativa às variáveis retidas, relativizada pela população residente no ano de referência da edição do EPCC, por município, é armazenada em folhas de cálculo, sendo, posteriormente, importada para o *software* SPSS, onde é estandardizada antes de ser aplicada a análise fatorial em componentes principais com o mesmo *software*.

Numa folha de cálculo (Excel), é feita a transformação do indicador IpC de variável estandardizada para um índice expresso na base 100 tendo por referência o valor nacional. Atribuindo-se-lhe um coeficiente de variação igual ao de uma variável convencionalmente escolhida à qual se presume estar associada uma elasticidade relativamente ao poder de compra sensivelmente unitária. Também o cômputo do indicador PPC é feito em folha de cálculo: trata-se de um indicador derivado do primeiro fator, que reflete o peso do poder de compra de cada município ou região, definido pela população residente, no total do país para o qual assume o valor 100%.

29. Séries Temporais

A metodologia adotada no EPCC é particularmente adequada ao confronto espacial dos diferentes indicadores de poder de compra apresentados, mas ajusta-se menos a comparações temporais. Valores distintos, assumidos por um mesmo indicador nas diferentes versões deste estudo, podem derivar de uma efetiva variação do poder de compra em relação à média nacional, mas podem também resultar:

- do conjunto de variáveis de base utilizadas na construção dos indicadores não ser coincidente nas diferentes versões do estudo;
- de erros de medida nas variáveis de base, numa ou noutra versão do estudo, que não se repetiram de forma consistente no tempo;
- das alterações do sistema de medida do IpC (atribuição de um coeficiente de variação igual ao de uma variável convencionalmente escolhida à qual se presume estar associada uma elasticidade relativamente ao poder de compra sensivelmente unitária).

Assim, alerta-se para a maior sensibilidade de que se reveste a comparação temporal do valor dos índices produzidos no âmbito do EPCC. No entanto, a comparação temporal mais direta através dos indicadores deste estudo pode obter-se pela transformação da escala de medida dos indicadores para uma escala ordinal, permitindo assim uma comparação ao longo do tempo em termos da ordenação das unidades territoriais.

30. Confidencialidade dos dados

Não aplicável: ainda que alguma da informação de base esteja sujeita a confidencialidade, tratando-se da produção de indicadores sintéticos, tal não se aplica aos resultados finais.

31. Avaliação da Qualidade Estatística

Precisão: não aplicável

Coerência

No que respeita à seleção das variáveis de base, importa sublinhar os seguintes aspetos:

- na medida em que as variáveis selecionadas têm geralmente uma tradução mercantil, considera-se que o fenómeno do autoconsumo pode não estar refletido nos indicadores construídos;
- o modelo de dados do EPCC é comum a todas as regiões do país, podendo, por isso, induzir um enviesamento dos indicadores produzidos em contextos territoriais específicos.

No que respeita aos indicadores produzidos, importa sublinhar os seguintes aspetos:

- para além de se basear em informação de um conjunto alargado de variáveis, com uma variância explicada em larga percentagem pelos fatores comuns, é essencial que o modelo produza realmente os índices que se propôs produzir: o IpC e o FDR. A verificação que tal efetivamente ocorre, através de uma análise da matriz dos *loadings* (coeficientes de correlação entre as variáveis e os fatores), é o requisito que confirma que, de facto, o conjunto de variáveis base de partida selecionado foi o mais adequado;
- finalmente, os três indicadores produzidos são avaliados sob as perspetivas espacial e temporal, de forma a garantir a pertinência estatística dos mesmos.

32. Recomendações Nacionais e Internacionais

Não aplicável

III – CONCEITOS

Código: 7316

Designação: CAIXA AUTOMÁTICO

Definição: Equipamento automático que permite aos titulares de cartões bancários com banda magnética e/ou chip aceder a serviços disponibilizados a esses cartões, designadamente, levantar dinheiro de contas, consultar saldos e movimentos de conta, efetuar transferências de fundos e depositar dinheiro.

Código: 3730

Designação: CONTRATO DE COMPRA E VENDA

Definição: É um contrato com eficácia real, pelo qual se transmite a propriedade de uma coisa, ou outro direito, mediante um preço. Para além deste efeito essencial do contrato que é a transmissão da titularidade do direito, decorrem ainda da compra e venda obrigações para as partes: obrigação de entregar a coisa e a obrigação de pagar o preço. A compra e venda de coisas imóveis deve constar de escritura pública.

Código: 508

Designação: EMPRESA

Definição: Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.

Código: 6741

Designação: ENERGIA ELÉTRICA

Definição: Energia produzida por centrais hidroelétricas, nucleares e térmicas convencionais, de ondas e marés, eólicas e solares fotovoltaicas.

Código: 1118

Designação: ESTABELECIMENTO HOTELEIRO

Definição: Estabelecimento cuja atividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento.

Código: 1809

Designação: GANHO

Definição: Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

Código: 3745

Designação: HIPOTECA

Definição: A hipoteca confere ao credor o direito de ser pago pelo valor de certas coisas imóveis, ou equiparadas, pertencentes ao devedor ou a terceiro com preferência sobre os demais credores que não gozem de privilégio especial ou de prioridade de registo. As hipotecas são legais, judiciais ou voluntárias.

Código: 5668

Designação: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS

Definição: Imposto que tributa as transmissões onerosas do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis, situados no território nacional e de outras situações que a lei equipara a transmissões onerosas de imóveis.

Código: 5437

Designação: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

Definição: Imposto municipal, de carácter regular, que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se realizam.

Código: 5438

Designação: IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES

Definição: O IRS é um imposto que incide sobre o valor anual dos rendimentos das pessoas

singulares. Os rendimentos são classificados por categorias, e o IRS é um imposto que incide sobre a soma desses rendimentos, depois de efetuadas as correspondentes deduções e abatimentos. Âmbito de sujeição a imposto - Quando as pessoas são residentes em território português, o IRS incide sobre a totalidade dos seus rendimentos, isto é, também ficam sujeitos a imposto os rendimentos obtidos fora do território nacional. Existindo agregado familiar, o IRS incide sobre o conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem. Por isso se pode dizer que o IRS é um imposto sobre as famílias.

Código: 998

Designação: LUGAR

Definição: Aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias.

Código: 413

Designação: MÚTUO

Definição: Contrato pelo qual uma das partes (mutuantes) empresta à outra (mutuário) certa quantia em dinheiro ou outra coisa fungível, ficando esta obrigada a restituir outro tanto no mesmo género e qualidade.

Código: 4394

Designação: NOMENCLATURA DAS UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICO

Definição: Nomenclatura estatística comum das unidades territoriais, de modo a permitir a recolha, organização e difusão de estatísticas regionais harmonizadas na Comunidade Europeia. A nomenclatura NUTS subdivide o território económico dos Estados Membros em unidades territoriais e atribui a cada unidade territorial uma designação e um código específicos. A nomenclatura NUTS é hierárquica. Subdivide cada Estado-Membro em unidades territoriais de nível NUTS 1, cada uma das quais é subdividida em unidades territoriais de nível NUTS 2, sendo estas, por sua vez, subdivididas em unidades territoriais de nível NUTS 3. O território económico de cada país, tal como definido na Decisão nº 91/450/CE CEE da Comissão, inclui igualmente território extrarregional, constituído por partes do território económico que não podem estar ligadas a determinada região (espaço aéreo nacional, águas territoriais e plataforma continental, enclaves territoriais, especialmente as embaixadas, consulados e bases militares, bem como depósitos de petróleo, gás natural, etc., em águas internacionais, fora da plataforma continental, a funcionar sob a responsabilidade de unidades residentes). Da classificação NUTS deverá igualmente constar a

possibilidade de obter dados estatísticos relativos a esse território enclaves. As alterações à classificação NUTS serão decididas em estreita concertação com os Estados-Membros. A aplicação das NUTS é obrigatória em todos os casos de recolha e compilação de informação estatística de natureza económica e demográfica realizada no contexto das competências e atribuições dos serviços públicos, integrados ou não no Sistema Estatístico Nacional.

Código: 208

Designação: POPULAÇÃO RESIDENTE

Definição: Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Nota: Conceito associado ao Recenseamento Geral da População de 2011.

Código: 208

Designação: POPULAÇÃO RESIDENTE

Definição: Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Nota: Conceito associado à operação estatística/documento metodológico código 113 – Estimativas Anuais da População Residente (data de fim de vigência: 25-11-2009).

Código: 3922

Designação: PRÉDIO URBANO

Definição: Qualquer edifício incorporado no solo, com os terrenos que lhe sirvam de logradouro.

Código: 3787

Designação: PROPRIEDADE HORIZONTAL

Definição: Regime de um edifício dividido em frações, constituindo unidades independentes e isoladas, pertencentes a proprietários diversos. A propriedade horizontal pode constituir-se por negócio jurídico, usucapião ou decisão judicial, proferida em ação de divisão de coisa comum ou em processo de inventário.

Código: 4380

Designação: PROVEITOS DE APOSENTO

Definição: Valores cobrados pelas dormidas de todos os hóspedes nos meios de alojamento turístico.

Código: 3641

Designação: RENDIMENTO BRUTO

Definição: Rendimento recebido antes da dedução do imposto sobre o rendimento, dos impostos regulares sobre o património, das contribuições obrigatórias dos empregados para regimes de Segurança Social e das contribuições dos empregadores para a Segurança Social.

Código: 7318

Designação: TERMINAL DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO

Definição: Terminal existente num estabelecimento comercial (ponto de venda) que permite a utilização de cartões bancários para efetuar pagamentos.

Código: 2606

Designação: TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM

Definição: Os trabalhadores por conta de outrem são definidos como todas as pessoas que, nos termos de um contrato, trabalham para outra unidade institucional residente, recebendo em contrapartida uma remuneração.

Código: 4884

Designação: VEÍCULO LIGEIRO

Definição: Veículo automóvel rodoviário, com peso bruto até 3 500 Kg e cujo número de lugares sentados, incluindo o do condutor, não seja superior a nove.

Código: 2093

Designação: VOLUME DE NEGÓCIOS

Definição: Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às atividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos diretamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade.

IV – CLASSIFICAÇÕES

Código	Designação
V00554	Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3
V00671	Áreas metropolitanas
V00017	Código da divisão administrativa (distritos/municípios/freguesias)
V00034	Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos, versão de 2002 (NUTS 2002)
V00033	Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos, versão de 2001 (NUTS 2001)
V00131	Nomenclatura agrária e florestal, 1997
V00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)
V00408	NUTS 2001 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)
V02347	Unidades territoriais (continente) para efeitos do quadro de referência estratégico nacional, 2007-2013 (QREN) - versão 2010

V – VARIÁVEIS

33. Variáveis de Observação

Não aplicável

34. Variáveis Derivadas

É analisado, para os municípios portugueses, um conjunto de variáveis que se assume estarem relacionadas com o poder de compra. Daquele conjunto, o modelo de análise fatorial em componentes principais retém apenas um subconjunto, a partir do qual são produzidas duas novas variáveis: o Indicador per Capita (IpC) do poder de compra e o Fator Dinamismo Relativo (FDR). Com base no desempenho de cada unidade territorial no IpC e respetiva ponderação pela população residente, obtém-se a Percentagem de Poder de Compra (PPC) que traduz o contributo de cada unidade territorial para o poder de compra manifestado no país, para o qual a PPC é de 100%.

35. Informação a disponibilizar

Indicador		Variável medida			Dimensões de análise					
					código	data início vigência	designação	Classificação/ versão associada		
		código	data início vigência	designação				código	designação	nível
0001354	Poder de compra per capita por Localização geográfica; Bienal	3700	09-07-2007	Poder de compra per capita	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					2887	10-04-2007	Localização geográfica	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	5
0001355	Proporção de poder de compra (% - no total do País) por Localização geográfica; Bienal	3701	09-07-2007	Proporção de poder de compra (% - no total do País)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					2887	10-04-2007	Localização geográfica	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	5
0001356	Fator dinamismo relativo de poder de compra por Localização geográfica; Bienal	3702	09-07-2007	Fator dinamismo relativo de poder de compra	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					2887	10-04-2007	Localização geográfica	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	5
0001720	Poder de compra per capita por Localização geográfica (NUTS - 2001); Bienal	3700	09-07-2007	Poder de compra per capita	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					4623	23-05-2008	Localização geográfica (NUTS - 2001)	00408	NUTS 2001 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	3

VI – SUPORTES DE RECOLHA

36. Questionários

Não aplicável

37. Ficheiros

Ficheiro de Unidades Estatísticas

A informação proveniente do Ficheiro de Unidades Estatísticas, *Volume de negócios das empresas da divisão 47 da CAE-Rev.3 (Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos), com exceção do grupo 473 (Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados), com atividade, segundo o município do estabelecimento, no caso das sociedades, ou segundo o município da sede nas empresas não societárias*, em virtude da indisponibilidade no BDD, exige uma articulação interna direta.

Direção-Geral dos Impostos

Os dados da Direção-Geral dos Impostos exigem uma articulação externa, mediada pelo DMSI/II. As variáveis que se enquadram nesta situação são: *Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte*.

Dados censitários preliminares de 2011

Os dados censitários de 2011 usados no apuramento da variável *População residente em lugares com 5000 ou mais habitantes em proporção da população residente total*, em virtude do seu carácter preliminar, foram obtidos com base numa articulação interna direta.

Banco de Dados de Difusão

Para as restantes 13 variáveis, a informação é extraída do Banco de Dados de Difusão (BDD) do Portal de Estatísticas Oficiais. Nos casos em que a informação extraída é alvo de segredo estatístico, torna-se necessário um contacto direto com a unidade orgânica do INE responsável por essa informação com vista ao fornecimento da informação sem segredo estatístico.

A informação relativa a todas as variáveis recolhidas é armazenada em folhas de cálculo (Excel) onde é, posteriormente, relativizada pela população residente, antes de ser importada para o *software* SPSS, onde é estandardizada e alvo da análise fatorial. Os procedimentos finais de transformação do indicador IpC e de cômputo do indicador PPC são desenvolvidos em folha de cálculo.

VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

Código	Designação	Definição
4725	ATM	Automated Teller Machine
6267	BDD	Banco de Dados de Difusão
4521	CAE	Classificação portuguesa das atividades económicas
5622	CD	Compact Disc
4096	DEE	Departamento de Estatísticas Económicas
5870	DES/TT	Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais / Serviço de Estatísticas Territoriais
4583	DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
7530	DMSI/II	Departamento de Metodologias e Sistemas de Informação / Serviço de Infraestrutura Informacional
7515	EPCC	Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio
4134	Eurostat	Serviço de Estatística das Comunidades Europeias
7517	FDR	Fator Dinamismo Relativo
5620	GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
7199	IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
7198	IMT	Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
4172	INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
7516	IpC	Indicador per Capita
6793	IRS	Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares
4201	NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
5274	PPC	Percentagem de Poder de Compra
7518	PRASD	Programa de Recuperação de Áreas e Setores Deprimidos
5421	Scut	Autoestrada sem custos para o utilizador
4226	SEN	Sistema Estatístico Nacional
7312	SIBS	Sociedade Interbancária de Serviços
4229	SIGINE	Sistema de Informação de Gestão do INE
5676	SPSS	Statistical Package for Social Sciences
7311	TPA	Terminal de pagamento automático

VIII – BIBLIOGRAFIA

- Documento Metodológico – Contrato de Mútuo com Hipoteca Voluntária (Mod. 296), cód. 558/versão 1.0, DGPJ/Ministério da Justiça.
- Documento Metodológico – Contrato de Compra e Venda de Prédios (Mod. 298), cód. 557/versão 1.0, DGPJ/Ministério da Justiça.
- Documento Metodológico – Estimativas Anuais da População Residente, cód. 113/versão 1.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria, cód. 305/versão 2.1, DEE/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Quadros de Pessoal, cód. 395/versão 1.0, GEP/Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Documento Metodológico – Registo Automóvel (Mod. 285 - Mapa de atividade mensal), cód. 504/versão 1.0, DGPJ/Ministério da Justiça.
- INE (1993, 1995, 1997, 2000, 2002, 2004, 2005, 2007 e 2009), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*, INE, I.P., Lisboa – Portugal.
- OECD, European Commission, Joint Research Centre, *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*, por Nardo, M. M. Saisana, A. Saltelli e S. Tarantola (EC/JRC), A. Hoffman e E. Giovannini (OECD), OECD.